



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

Versão para registro histórico

Não passível de alteração

COMISSÃO ESPECIAL - PL 1610/96 - EXPLORAÇÃO DE RECURSOS EM TERRAS INDÍGENAS		
EVENTO: Audiência Pública	Nº: 0489/12	DATA: 08/05/2012
INÍCIO: 15h01min	TÉRMINO: 16h29min	DURAÇÃO: 01h27min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 01h27min	PÁGINAS: 27	QUARTOS: 18

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

KLEBER LUIZ SANTOS DOS SANTOS KARIPUNA – Representante da liderança indígena do Amapá.

FRANCISCA NOVANTINO – Representante da liderança indígena do Mato Grosso.

SUMÁRIO: Parecer ao Projeto de Lei nº 1.610, de 1996, do Senado Federal, que dispõe sobre a exploração e o aproveitamento de recursos minerais em terras indígenas, de que tratam os arts. 176, § 1º, e 231, § 3º da Constituição Federal.

OBSERVAÇÕES

Há orador não identificado em breve intervenção.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Ton) - Declaro abertos os trabalhos da 9ª reunião da Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei nº 1.610, de 1996, do Senado Federal, que dispõe sobre a exploração e o aproveitamento de recursos minerais em terras indígenas, de que tratam os arts. 176, § 1º, e 231, § 3º da Constituição Federal.

Convido os palestrantes Sra. Maria Eva Canoé, representante da liderança indígena em Rondônia, Sr parecer ao Projeto de Lei nº 1.610, de 1996, do Senado Federal, que dispõe sobre a exploração e o aproveitamento de recursos minerais em terras indígenas, de que tratam os arts. 176, § 1º, e 231, § 3º da Constituição Federal para tomarem assento à mesa.

O Sr. Nailton Muniz Pataxó, representante da liderança indígena da Bahia, justificou sua ausência na reunião de hoje em razão de fortes conflitos entre os indígenas e fazendeiros naquele Estado.

Antes de passar a palavra aos demais Deputados, lembro que esta reunião está sendo gravada. Solicito aos Srs. Parlamentares que desejarem fazer uso da palavra que declinem seus nomes, para efeito de identificação junto à taquigrafia.

Expediente.

Comunico aos Srs. Deputados e às Sras. Deputadas o recebimento dos seguintes expedientes:

Ofício nº 95, de 2012, da Sra. Deputada Teresa Surita, justificando sua ausência na reunião desta Comissão no dia 24 de abril de 2012, por se encontrar participando no mesmo horário de audiência externa relacionada à atividade parlamentar.

Ofício nº 92, de 2012, do Sr. José Martins Arantes, Chefe da Assessoria de Articulação Parlamentar do Ministério Público Federal, solicitando as notas taquigráficas da reunião de audiência pública do dia 24 de abril de 2012.

Ordem do Dia.

Esta reunião foi convocada com a seguinte pauta: audiência pública com a presença dos convidados Sra. Maria Eva Canoé, representante da liderança indígena em Rondônia, Sr. Kleber Luiz Santos dos Santos Karipuna, representante da liderança indígena do Amapá, Sra. Francisca Navantino P. Ângelo, representante



da liderança indígena do Mato Grosso, para proferirem exposição sobre a proposição em análise.

Antes, esclareço as seguintes normas estabelecidas no Regimento Interno da Casa. O tempo que disporá o convidado será de 20 minutos, não podendo ser apartado. Cada Deputado inscrito terá o prazo de 3 minutos para interpelar o expositor, sendo que o tempo para resposta será o mesmo. A réplica e a tréplica serão facultadas pelo mesmo prazo. Os Srs. Deputados que desejarem participar dos debates deverão inscrever-se previamente junto à Secretaria da Comissão.

Justificando que a Sra. Maria Eva Canoé, por problemas de viagem — o voo foi cancelado —, não pôde viajar de Porto Velho para cá hoje para participar desta audiência pública.

Portanto, inicio concedendo a palavra ao Sr. Kleber Luiz Santos dos Santos Karipuna por 20 minutos.

O SR. KLEBER LUIZ SANTOS DOS SANTOS KARIPUNA - Boa tarde a todos e a todas. Sou Kleber Karipuna, liderança indígena da região do Estado do Amapá, Município de Oiapoque. Faço parte também da COIAB — Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira, que compõe a APIB — Articulação dos Povos Indígenas do Brasil, nosso movimento indígena organizado, que busca discutir as questões relacionadas a várias temáticas que dizem respeito aos povos indígenas, como a da questão da exploração mineral em terras indígenas.

O movimento indígena tem um posicionamento bem claro em relação à questão da exploração mineral em terras indígenas. O Projeto de Lei nº 1.610, de 1996, foi instituído 8 anos depois da promulgação da Constituição Federal de 1988. Naquela época, já se tinha um posicionamento sobre essa questão. É o posicionamento que o movimento indígena acompanha, o do respeito à Constituição Federal, o do respeito ao usufruto dos territórios indígenas pelo seu povo originário. Esperamos que o Governo faça os procedimentos adequados, que estão previstos na legislação, nessa questão da exploração de recursos minerais em terras indígenas. Nós temos um posicionamento dentro do movimento indígena de que se tem que debater a mineração em terras indígenas dentro da discussão do Estatuto dos Povos Indígenas.



A proposta de estatuto que está tramitando no Congresso precisa de uma avaliação do próprio movimento e do Congresso sobre sua discussão. Nesse âmbito do Estatuto, prevemos a discussão sobre a exploração de qualquer recurso mineral ou hídrico que se tenha em terras indígenas, para que se possa amarrar toda a questão sobre explorações e não haja prejuízos, principalmente para os povos indígenas que habitam a terra indígena onde existem esses recursos. Esperamos que não haja prejuízos para as populações a favor ou contra essa questão da exploração.

Hoje nós vivemos um processo de discussão sobre a questão da regulamentação do procedimento de consulta livre, prévia e informada que está prevista e garantida na Convenção 169 da OIT. Acho que precisamos dar esse passo na regulamentação desses procedimentos — não o da regulamentação da Convenção, porque ela já se encontra regulamentada no País, e o Brasil é signatário dessa Convenção. Precisamos achar um caminho de regulamentação desses procedimentos, que vão servir como base para as questões das terras indígenas. Nesse sentido, passaremos a escutar o povo de cada terra indígena e a discutir as questões.

Quando falo nessa questão da consulta livre, prévia e informada, não me refiro somente à consulta a um cacique ou liderança de determinada região que venha a Brasília, mas, de fato, a um procedimento de consulta livre, prévia e informada a todo o povo que mora naquela terra e que vai ser atingido por determinado empreendimento de exploração mineral.

Sabemos de várias manobras que são feitas muitas vezes com nossas lideranças na oportunidade em que vêm a Brasília e são usadas para aprovar certas coisas na sua região. Há todo um povo que ficou na terra indígena e que, muitas vezes, não é conhecedor da situação e vai sofrer mais com essa questão quando isso for lá para a ponta. Que se tenha, de fato, um procedimento de consulta aos povos indígenas com a participação da maioria da população indígena onde possivelmente ocorrerá esse procedimento de exploração mineral.

Lendo a palavra da Dra. Deborah Duprat na última audiência que tivemos sobre essa questão no Congresso, ficou bem claro o posicionamento dela. É o posicionamento do movimento indígena no sentido de se ter o cumprimento desses



procedimentos, o cumprimento da legislação e de todas as questões previstas em lei, para que se possa proceder em determinada terra indígena onde se aceite ou não a questão da exploração mineral.

Então, podemos nos balizar nesse posicionamento da Dra. Deborah Duprat, do Ministério Público Federal, para avançarmos num diálogo que não seja prejudicial aos povos indígenas das regiões onde possivelmente esses recursos serão explorados. Teremos toda uma discussão com o Governo sobre como vão se dar esses empreendimentos. Precisamos tentar chegar a um denominador comum em que se tenha de fato avanço na garantia dos direitos indígenas já conquistados e não se retroceda com relação a esses direitos já garantidos.

Acho que algumas propostas que estão tramitando no Congresso sobre a questão da exploração mineral em terras indígenas e outras propostas que estão tramitando em relação à população indígena vêm de encontro a direitos já conquistados, já garantidos aos povos indígenas tanto na Constituição Federal quanto na legislação interna do País e em legislações internacionais. Acho que não é isso o que o movimento indígena quer. Não é isso o que os povos indígenas querem. Acho que abertos para o diálogo nós sempre estivemos, mas esperamos que os direitos já garantidos aos povos indígenas não sejam atingidos e que consigamos avançar nessa discussão. Todos nós temos mentalidade suficiente para conseguir ter um avanço positivo nesse assunto e em outros que aflijam direta ou indiretamente a população indígena.

Esse é o nosso posicionamento em relação a essa questão. A nossa companheira Chiquinha vai complementar esse posicionamento do movimento com outras questões.

Fico à disposição até o final da audiência para outros questionamentos.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Ton) - Obrigado, Kleber.

Concedo a palavra à Sra. Francisca Navantino por 20 minutos.

A SRA. FRANCISCA NAVANTINO - Boa tarde a todos e a todas.

Meu nome é Francisca Navantino. Sou do povo pareci, da região do Médio Norte do Estado do Mato Grosso. Estou aqui na qualidade de representante do nosso movimento indígena.



Quero aqui também fazer uma complementação ao que o nosso parente já falou em relação a essa discussão. Faço parte também da CNPI como comissão. Estamos no aguardo de todos os procedimentos da Casa para que possa sair de fato o projeto da criação do conselho. Esse é o nosso aguardo. A nossa expectativa é essa também, de aguardar a criação do conselho para que ele possa, de fato, ser o espaço de diálogo entre os povos indígenas e o Governo. Isso, para nós, é muito importante, fundamental, principalmente diante dos projetos de lei que estão tramitando na Casa. É preciso que sejam ouvidas as comunidades indígenas.

Em relação ao tema que estamos discutindo nesta tarde, que trata da exploração de recursos de mineração em terras indígenas, de fato o movimento indígena já tem um debate, uma história, um processo já acumulado de discussão. Temos acompanhado todos os movimentos que acontecem nas regiões do nosso País, principalmente com os povos indígenas que direta ou indiretamente já são afetados por algumas atividades.

Nesse sentido, reitero aqui o que o Kleber disse em relação ao movimento indígena. Esse projeto tem que ser tratado no âmbito do Estatuto dos Povos Indígenas. Porque esse Estatuto, gente, é uma vergonha; já faz muito tempo que está tramitando na Casa. Entra ano sai ano, toda a nossa expectativa, a cada ano que passa, tem que ser renovada. A gente já está até perdendo a esperança.

Para nós, o importante e fundamental, que vai assegurar os direitos que estão na Constituição Federal, e tudo aquilo que é importante para a nossa sobrevivência, a subsistência de todos os povos, é que esse projeto e os demais projetos relativos aos povos indígenas tramitem dentro do conjunto que se chama Estatuto dos Povos Indígenas. Então, para nós, isso é fundamental.

Outra ponto que a gente apoia e que, como o Kleber colocou, neste momento, já está se discutindo, o Governo está fazendo todo um esforço para discutir, é a regulamentação dos procedimentos das oitivas junto às comunidades indígenas da Convenção nº 169.

A Convenção para nós é fundamental e também uma forma de se ouvir de fato as comunidades que estão lá na ponta, na base, que estão longe, nas terras indígenas, porque são eles que devem ser ouvidos. Então, para nós é importante a



regulamentação da Convenção, e que ela seja assegurada também dentro do Estatuto.

Uma coisa importante com que nos preocupamos bastante é o bem-estar dos povos indígenas. Isso tem que ser levado em consideração, porque é isso que vai assegurar, que vai garantir, que vai consolidar de fato a Constituição Federal que, para nós, é a Carta Magna; é a única referência que nós temos da nossa existência neste País, de direitos conquistados a longas penas. Quantos anos, quantos séculos lutamos para que a gente pudesse fazer com que a Constituição Federal fosse assegurada. E 1988 foi um marco histórico.

Então, entendemos que a participação efetiva dos povos indígenas, em todos os procedimentos das discussões, não só do Estatuto em si, mas também de todos os projetos, é fundamental.

No caso de quaisquer outros recursos, minerais, hídricos e outros, as comunidades, em primeiro lugar, devem ser ouvidas e ter atendidas as suas demandas. Uma coisa que nos preocupa muito é exatamente um pouco do que o Kleber disse aqui, ou seja, a gente espera que de fato o atendimento seja coletivo, que se pense em projetos de coletividade.

Por isso, é importante e necessário que as comunidades sejam ouvidas, tanto aquelas diretamente forem afetadas quanto aquelas indiretamente afetadas. De certa forma, elas têm que ser ouvidas, não apenas um grupo pequeno que vem aqui conversar com as autoridades ou com os Parlamentares, mas todo um conjunto, todo um coletivo daquele povo que vai ser afetado.

Uma questão importante que gostaria de colocar é em relação à própria Constituição Federal. Estamos bastante preocupados porque a Constituição nos deu vários direitos assegurados de uma luta que todo mundo sabe, mas estamos percebendo que muitas questões, inclusive no próprio Estatuto, estão sendo desmembradas. Está-se discutindo um ponto aqui, um ponto ali e não um conjunto maior, que é tanto da Constituição Federal quanto do próprio Estatuto.

Nosso entendimento, Deputado, é que de fato sejam cumpridas todas as regulamentações da Convenção, que pede que os povos sejam ouvidos em todos os ângulos, esgotadas todas as negociações, os diálogos com os povos indígenas. Assim, poderemos fazer um projeto que vá atender aos interesses e à demanda das



comunidades indígenas, não apenas do ponto de vista da União, mas principalmente daquele povo que vive naquela localidade. Afinal de contas, a gente sabe muito bem que os projetos têm uma consequência. A gente sabe que, dependendo do projeto, ele tem uma consequência. Ele pode ter uma consequência positiva ou uma consequência negativa. E a gente sabe que, na maioria das vezes, exatamente por falta de conhecimento e de informação, nem sempre as comunidades têm tido os benefícios merecidos.

No nosso entendimento, dois pontos são importantes: primeiro, aue esse projeto seja discutido no âmbito do Estatuto dos Povos Indígenas. Segundo, a Convenção nº 169, que está sendo discutida, o Governo está chamando e ela vai para as bases. Então, isso, para nós, é fundamental que seja assegurado.

Que a gente possa fazer com que, nesse projeto, as PLs garantam também que os Poderes Legislativo, Judiciário e Executivo compreendam a necessidade e o cumprimento da própria Convenção nº 169.

Para nós é muito importante levarmos para essas autoridades, para essas instâncias de poder do nosso País esse cumprimento da Convenção nº 169. E, a partir disso, para qualquer projeto sobre o qual o Governo queira dialogar com as comunidades, a Convenção vai dar toda a regulamentação necessária.

Era isso que eu queria dizer.

Agradeço muito a participação.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Ton) - Obrigado, Sra. Francisca Novantino.

Agora concedo a palavra, por um breve momento, ao Relator, Deputado Édio Lopes.

O SR. DEPUTADO ÉDIO LOPES - Sr. Presidente, senhor líder Kleber Karipuna, senhora líder Francisca Novantino, Deputadas, senhoras e senhores aqui presentes, compete a nós, como Relator, colhemos o máximo que pudermos de subsídio para que nós possamos, ao término dos trabalhos desta Comissão, apresentar um relatório que substancialmente represente aquilo que nós colhemos durante os trabalhos desta Comissão, que tem buscado ouvir a todos os que têm interesse nessa questão, mesmo que de forma oblíqua.



Nós temos notado, líder Kleber e líder Francisca, que a maioria das lideranças que participam dos debates nesta Comissão esquivam-se, como é o caso neste momento, de debater a questão. Para nós é importante que as lideranças tragam a esta Comissão subsídios e pontos de vista, partindo do princípio de que essa matéria será regulamentada seja no PL nº 1.610, seja no Estatuto dos Povos Indígenas. Até o momento, infelizmente, não houve uma única liderança indígena que trouxesse um único subsídio pontual sobre o que elas acham que é interessante para a regulamentação desta matéria. Porque ela vai ser regulamentada ou aqui ou acolá. Mais hoje ou mais amanhã ela será regulamentada.

O que nós buscamos neste momento é colher os pontos que as comunidades indígenas julgam relevantes para essa matéria. A questão da 169 é pacífica. A Comissão está consciente da necessidade e, mais do que isso, da imperiosidade de observarmos a Convenção. O que nós precisamos, senhores líderes, é de que os senhores tragam para esta Comissão subsídios de como será feita essa oitiva. Porque nós temos no Brasil uma variedade enorme de culturas indígenas. Temos também, aliado a isso, um grau enorme de diferenças, de integração e de percepção das comunidades indígenas com o mundo que as envolve. Então, isso é importante para nós.

A discussão de que isso aqui só pode ser discutido no Estatuto dos Povos Indígenas não acrescenta absolutamente nada para esta Comissão. O que nós precisávamos ouvir dos senhores é o seguinte: *“Olha, Comissão, para nós, é interessante que tenhamos um piso de participação no resultado da lavra, da exploração mineral, conforme o Constituinte colocou lá, e não objetivou de quanto é esse percentual”*. Por exemplo: *“Olha, como acontece na Austrália, nós precisamos ter no mínimo x por cento de mão de obra a ser qualificada, treinada e aproveitada no empreendimento”*. As comunidades indígenas entendem que têm que ter uma associação, ao invés de terem só uma participação. Que elas possam se associar ao empreendimento. Isso é subsídio. *“Olha, não podemos admitir que ocorra a exploração mineral nas terras indígenas ainda não homologadas”*.

Não pode haver exploração mineral dentro das terras dos povos indígenas, cujo grau mínimo de entendimento e de percepção possa lhes oferecer a noção para a consulta? Então, nós precisamos colher isso.



A continuarmos nesse ritmo, nós seremos, ao final, obrigados a infelizmente apresentar um relatório sem os subsídios tão importantes e indispensáveis dos líderes indígenas para o nosso relatório. Porque, para nós, só vamos discutir o Estatuto Indígena. Sim, eu posso até concordar, mas não é a questão aqui hoje, neste momento. E pode até ser, Deputada Capiberibe, que, ao final deste trabalho, nós entendamos o seguinte: *“Olha, o que nós colhemos aqui vai subsidiar o Estatuto”*. Porque o Estatuto dos Povos Indígenas, se vier a ser o titular dessa regulamentação, também precisa lá minuciar como vai ser. Agora, essa discussão nossa é estéril. Essa discussão nossa de que só no Estatuto, só no Estatuto, só no Estatuto não ajuda nem aqui nem vai ajudar no Estatuto. Aliás, para muitos aqui, inclusive eu, o Estatuto dos Povos Indígenas não andou, não vai andar, porque se puxou para dentro do Estatuto todas essas questões. Se o Constituinte de 1988 entendesse que essa matéria seria tratada no Estatuto, ele teria determinado assim.

Então, eu, como Relator, novamente, Sr. Presidente, digo que nós estamos participando de uma reunião que não nos trará grandes subsídios para o nosso relatório final. E eu apelo aos líderes aqui presentes e reconheço a importância deles nesse conceito, para que, quem sabe, nos ofereçam subsídios, porque pode ser, repito, que no final tudo o que discutimos no âmbito desta Comissão vá justamente subsidiar o Estatuto dos Povos Indígenas. Não sei.

Esta é a minha fala, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Ton) - Obrigado, Deputado, Édio.

Estão inscritos dois Deputados: o Deputado Asdrúbal e a Deputada Janete.

Concedo a palavra ao Deputado Asdrúbal, por 3 minutos.

O SR. DEPUTADO ASDRÚBAL BENTES - Sr. Presidente, Sr. Relator, lideranças indígenas, Deputada Janete, senhores e senhoras, ouvi atentamente as exposições e ouvi também com muita atenção a manifestação do Sr. Relator.

Parece-me, Sr. Relator, que lamentavelmente este tema, fundamental, da maior relevância para o Brasil, está descambando para o caminho tortuoso, perigoso, sinuoso do radicalismo ideológico. Sinceramente, eu tive o privilégio de ser Constituinte, e nós tivemos o maior carinho, a ponto de dedicarmos ineditamente, porque não existia nas outras constituições, um capítulo aos índios. Vejam bem. Infelizmente, aquilo que nós colocamos na Constituição vem sendo distorcido pelo



órgão responsável pela tutela das comunidades indígenas, a própria FUNAI, ou por omissão ou por má-fé, ou até por incompetência, no que eu não acredito.

Nós estabelecemos, no art. 231, acho que no § 3º, se não me fala a memória, o que vou ler aqui: “... *no aproveitamento, ficando assegurada a participação na forma da lei*”. Está claro que uma Constituição não poderia descer às minúcias de dizer esses detalhes de percentuais, de como será formada. É uma Constituição, é a Lei Maior. Por isso, nós, Constituintes, deixamos para que a lei estabelecesse essas minúcias, evidentemente numa ampla discussão entre o Congresso e as comunidades indígenas.

Então, o que nós estamos fazendo aqui é exatamente cumprindo a Constituição e querendo ouvir dos senhores e das senhoras, das lideranças indígenas, realmente, aquilo que vocês acham que deve ser feito, como devem ser feitos esses detalhes, para que possam ser transformados numa lei que venha ao encontro dos anseios das comunidades indígenas e de toda a sociedade brasileira.

De maneira que eu queria pedir às comunidades indígenas, às lideranças que se despissem de qualquer pensamento de que, da nossa parte, da parte dos legisladores, existe preconceito ou uma predisposição de prejudicá-los. Pelo contrário, o que nós queremos é protegê-los, proteger os direitos de vocês, que estão assegurados pela Constituição. E isso será feito na forma da lei.

Então, eu gostaria, Sr. Relator, de que doravante, quando fosse feito o convite para as comunidades, que se estabelecesse um contato dizendo que elas deveriam trazer elementos que viessem a contribuir, porque realmente hoje não contribuíram. Se vai ser na forma da lei, ou na forma do Estatuto, que é uma lei, nós estamos cumprindo a Constituição, e o Estatuto deverá obrigatoriamente conter todos esses dispositivos. Inclusive, se houver uma lei anterior, ela vai ser incorporada no próprio Estatuto, ou até aprimorada, entendeu?

Que esta discussão seja feita despida de qualquer problema ideológico e, digamos assim, tendências. Aqui nós somos todos brasileiros e o que nós queremos é exatamente que todos sejam iguais e que sejam respeitados os costumes, as tradições das comunidades indígenas na forma da Constituição.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Ton) - Obrigado, Deputado Asdrubal.
Concedo a palavra, por 3 minutos, à Deputada Janete Capiberibe.



A SRA. DEPUTADA JANETE CAPIBERIBE - Sr. Presidente desta Comissão Especial, Deputado Padre Ton; Sr. Relator, Deputado Édio Lopes; Sra. Francisca Novantino Ângelo, liderança indígena do Mato Grosso; Sr. Kleber Karipuna, indígena do extremo norte do Brasil, Oiapoque, no Amapá — é um prazer encontrar você aqui, o que, para mim, foi uma surpresa —; Deputado Asdrubal; Deputado Ferrinho; representante da FUNAI, a Xica — desculpe-me chamá-la assim —; companheiros da FUNAI; todos os senhores e as senhoras que acompanham esta audiência pública, que se está realizando porque aprovei, numa reunião da Comissão, o Requerimento nº 14, de 2012, e o Deputado Pena também aprovou o Requerimento nº 15, de 2012. Isso, regimentalmente, faz com que esteja sendo realizada esta audiência pública neste momento.

Nós apresentamos esse requerimento e vamos apresentar outros, porque, no andamento dos trabalhos da Comissão Especial, a gente vai vislumbrando vários aspectos que não se enxerga assim de repente.

No nosso País, por exemplo, há 817 mil índios, 0,4% da população, distribuídos em 13% do território nacional. E o que se discute aqui é exatamente a exploração mineral, hídrica em terras indígenas.

Eu quero tecer aqui a seguinte consideração: o debate aqui, eu acredito, quanto mais acontecer, quanto mais forem ouvidas as lideranças indígenas... Temos ouvido o Governo, o Ministério de Minas e Energia. Eu tive a oportunidade de participar de um pedaço de uma reunião, no gabinete do Deputado Padre Ton, com a direção do grupo de trabalho interministerial, sobre a regulamentação dos mecanismos de consulta previstos na Convenção nº 169 da OIT. A Portaria nº 35, de 27 de janeiro do ano de 2011, formou o grupo que está trabalhando na regulamentação da consulta que tanto o líder Kleber como a líder Francisca Novantino trazem aqui à luz de uma forma bastante insistente. Eu tenho ouvido. Não é representativo ainda, viu, Sr. Relator, Sr. Presidente.

Eu considero que nós devemos realizar muitas audiências públicas. Vejam que aqui estão duas lideranças somente. Havia mais duas que, por um contratempo, não estiveram aqui, além de muitas lideranças de todas as regiões do nosso País, do extremo norte ao extremo sul. Eu quero ouvir uma liderança caingaque, por



exemplo, e outras lideranças do norte, sul, centro-oeste, leste do nosso País que estão nesses 13% de terras habitadas pelos índios do Brasil.

Eu ouvi atentamente a exposição do líder Kleber, a quem me contrapondo com todo o respeito, Relator Édio. É muito importante que essas reuniões sejam gravadas. É muito importante que se escute o máximo de lideranças, assim como o Governo, o Parlamento, principalmente nós que estamos aqui e temos mais chances até de debater a questão do que vocês que vêm de tão longe, de seus espaços. Mas o que eu ouvi dos dois foi a preocupação com a consulta que está prevista na Convenção nº 169 da OIT, e existe um grupo de trabalho ministerial que está trabalhando na regulamentação dessa consulta.

Então, Presidente, meu tempo já deve ter acabado, mas senti o desejo dos índios, aqui representados na Mesa, de que seja respeitado esse direito que o Brasil dá aos povos indígenas. E o Brasil é signatário da Convenção nº 169 da OIT.

Eu até penso que, quando vocês colocam que é necessário que o Estatuto venha para o debate, que ele receba emendas, que ele seja costurado segundo o que os povos indígenas pretendem... Vocês falaram muito bem sobre o direito ao usufruto que vocês têm desses 3% de terra no Brasil inteiro que é de vocês, relacionados com a exploração dessas riquezas e que vocês não venham a ter prejuízo. Eu entendo a preocupação do Deputado Édio Lopes, porque ele quer ver propostas. A gente quer que seja assim. Essa regulamentação vai ser assim, vai ser assado. E o que eu estou percebendo, Deputado Édio, Sr. Presidente, é que não existe base firme neste momento.

Nós estamos iniciando esses trabalhos da Comissão, e eu apresentarei mais requerimentos para aprovar, a fim de que venham outras lideranças. Com relação à comparação com outros países, também apresentarei requerimentos para idas da Comissão ao México, por exemplo, para verificarmos a experiência desses índios em outros países, países nórdicos, onde estão os povos indígenas e que se reúnem mundialmente para discutir os seus assuntos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Ton) - Para concluir, Deputada.

A SRA. DEPUTADA JANETE CAPIBERIBE - Então, quero concluir minha fala dizendo que eu estou muito satisfeita com o resultado desta audiência pública, porque eu compreendo que é no debate, no esclarecimento de cada questão que vai



afetar os povos indígenas que nós chegaremos a uma regulamentação ideal para todos, para os índios e para os não índios.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Ton) - Obrigado, Deputada Janete.

Concedo a palavra, segundo as regras, pelo mesmo tempo, 3 minutos, para as respostas e depois a gente abre para mais inscrições. Está aqui o Deputado Ferro e também outras pessoas que quiserem se inscrever. Primeiro, concedo a palavra ao Sr. Kleber Luiz Santos dos Santos Karipuna.

O SR. KLEBER LUIZ SANTOS DOS SANTOS KARIPUNA - Rapidamente, em relação ao questionamento do Relator, também entendo a preocupação dele em ter encaminhamentos mais práticos para os trabalhos desta Comissão, só que eu acho que, em termos de objetividade, o posicionamento do movimento indígena, dos povos indígenas está bem claro: é a regulamentação de procedimento e de consulta.

Não é conversando numa audiência aqui comigo ou com a Chiquinha que a gente vai sair daqui com encaminhamentos claros de que em terra indígena A, B ou C haverá os mesmos procedimentos para a exploração. Porque alguns povos indígenas discutem isso clara e abertamente e que almejam ter uma exploração mineral na sua terra, e tem povos que não precisam, que não têm essa discussão. Seria até cometer uma matança numa determinada terra indígena que não tem toda essa discussão pautada com o povo daquela região.

E, complementando isso, já entro na questão do Deputado Asdrubal, no sentido de que, Deputado, não é nenhum radicalismo ideológico não. Acho que o que a gente coloca aqui é claro, é uma garantia de direito à vida. Porque se a gente colocar uma mineradora com todos os seus objetivos econômicos em uma terra indígena, por exemplo, do povo Zo'é, que é lá do seu Estado, do Pará, para explorar minério naquela região, se houver minério ali, aquele povo que está em recente contato, ainda não se comunica em português, não sabe o que é o seu direito, se não forem as nossas organizações, o nosso Judiciário fazer com que eles entendam minimamente isso, se colocarmos sem nenhuma regra clara, a gente vai estar matando o povo, povos indígenas que são originários do nosso Brasil e que merecem ter o nosso respeito e seus direitos garantidos.



Então, acho que está claro o posicionamento do movimento indígena. A gente não é contra essa discussão. A gente está querendo, cada vez mais, participar e, complementando a fala da Deputada Janete, mais audiências para isso ficar bem claro. O posicionamento é este: que haja de fato um mecanismo aprovado de consulta livre e previamente informada e que o povo de determinada terra indígena possa dizer: “*Não queremos essa mineração aqui na nossa terra*”, e outro povo da outra terra indígena pode dizer: “*Queremos e queremos participar do lucro, da lavra e toda a exploração que se possa ter*”.

Esse é o posicionamento. Acho que está bem claro.

Muito obrigado.

(Não identificado) - Exatamente isso o que eu queria ouvir de vocês.

Que vocês realmente viessem para cá dizer o que vocês querem, como é que vocês querem, aquilo que vocês entendem que deve ser feito, para nos trazer subsídios. Fiquei satisfeito, obrigado pela sua interferência. Era isso que nós queríamos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Ton) - Deputado, obrigado.

Concedo 3 minutos para a Sra. Francisca Novantino. Também, se quiser, depois da fala, fazer a réplica, tem o direito por 3 minutos.

A SRA. FRANCISCA NOVANTINO - Também gostaria de colocar aqui que fico muito triste de ouvir quando a gente é convidado para vir participar e de repente o que você fala não tem valor.

Então, exatamente sobre isso a gente se manifestou. O movimento indígena tem essa preocupação. Porque a gente percebe que existe o desconhecimento dos dois lados. Nós também temos grandes desconhecimentos técnicos sobre o que é essa exploração. Nós não conhecemos isso. E a história do nosso País está aí para provar que os pactos, os acordos, as negociatas que foram feitas fizeram desaparecer um monte de povos indígenas no nosso País. Por quê? Naquele tempo não se tinha essa oportunidade que nós estamos tendo aqui, não se conhecia a diversidade. E hoje nós temos diversidade, e muito, aqui no nosso País. É como o Kleber falou, nós temos povos que não têm compreensão dos códigos dessa sociedade, nem sabem que existem, e há povos que estão em avançado diálogo com a sociedade. Então, essas coisas, nós temos que respeitar.



Outra questão também importante é o seguinte: é um tema difícil de compreender, porque, se você coloca no ponto de vista econômico, quem não tem o domínio técnico, político e jurídico do entendimento da questão, perde. Há perdas. Então, a gente tem essa preocupação.

Eu quero aqui manifestar também que eu concordo plenamente com a nossa Deputada Janete, porque ela sabe muito bem o que é você conversar com as diversidades. Nossa posição é do ponto de vista político mesmo da situação. A gente quer que esta Casa de Leis, esta Casa onde colocamos as pessoas, possa conhecer de perto. Concordo plenamente. Veja as situações variáveis que temos no mundo e no nosso País. Por exemplo, os exemplos dos países que tiveram essas experiências, esses exemplos, experiência já, os povos indígenas já têm essa experiência. Como se deu essa experiência? Acho que isso é muito importante tanto para esclarecer para os Deputados, o Relator, quanto para nós indígenas também sabermos desses exemplos.

É como o Kleber colocou, a gente não é contra, não é isso, mas nós somos favoráveis a que o debate prossiga, para que tanto o lado dos Deputados quanto do nosso lado possamos compreender essa complexidade que é a exploração. E a gente quer sim contribuir com o nosso País. Afinal nós fomos os primeiros habitantes dele e queremos participar efetivamente do processo.

Era isso.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Ton) - Muito obrigado, Francisca.

O Deputado Édio Lopes vai fazer umas considerações.

O SR. DEPUTADO ÉDIO LOPES - Parece que a minha fala acabou por surtir algum efeito. Pelo menos começamos a discutir alguma coisa pontual que é o importante. Porque é preciso, Presidente, que as lideranças indígenas entendam uma questão. Se no passado, como disse a nossa líder, e ela falou absolutamente a verdade, as coisas eram impostas sem discussão, sem nenhum estudo, sem nenhum respeito, hoje, o Constituinte de 1988 procurou modificar as regras e é o que estamos buscando fazer aqui.

É preciso que nós todos tenhamos a consciência de que a extensão de terras indígenas no Brasil, para alguns, foi superdimensionada, para outros, é o ideal, para



outros ainda é pouco, mas todos nós temos de convir que é uma parcela significativa do território nacional. E também temos de admitir que a grande área amazônica, das terras indígenas, no arco norte do Brasil, sobretudo, detém as maiores riquezas minerais, oxalá do planeta. E que, num momento ou outro, essas riquezas serão exploradas ou de forma regulamentada, dentro de um equilíbrio em que os interesses, os direitos dos povos indígenas possam ser exigidos dentro de uma norma estabelecida, ou num determinado momento volta-se ao passado e se explora como se explorou no passado.

Então, acho que nós aqui temos que ter o grau de inteligência necessária para podermos discutir onde está o ponto de equilíbrio. Porque, quando esta Comissão for conversar com os empresários do setor mineral, é bastante previsível que eles trarão já por escrito, digitado, qual é a pauta deles para a questão. O Governo já esteve nessa Comissão e vai voltar. Quando digo o Governo estou dizendo as instituições públicas. Não é o Governo, o Executivo. Algumas instituições do Estado brasileiro já estiveram nesta Comissão e demonstraram qual é a sua posição. Falta quem mostre qual é sua a posição? Justamente o principal interessado na questão.

É isso, líder e Deputada Janete, que o Relator quis talvez com a pouca fluência, e pouca capacidade de se fazer compreender dizer na minha fala inicial. Que essa matéria vai ser regulamentada acho que ninguém aqui tem dúvida, mas hoje, mais amanhã, não sei que dia vai ser, porque é uma necessidade do Estado brasileiro explorar essas riquezas. Vai explorar com a participação justa dos povos indígenas? Vai depender do que nós tivermos de inteligência para colocarmos isso na norma. Nós temos exemplos no mundo desastrosos, aqui no Brasil é um deles, mas nós temos que admitir que nós temos alguns exemplos, em alguns países do mundo, extraordinários. Então, nós temos que buscar esse equilíbrio.

Eu fico feliz, Deputada Janete, porque nós saímos só da discussão da 169, que, para nós, é ponto pacífico, e da questão imperativa que tem que ser dentro do Estatuto dos Povos Indígenas. Já começamos a ouvir o líder falar do estágio de aculturação, de integração, da capacidade de conhecimento de cada povo indígena que tem que ser levado em consideração nesse relatório. Nós já ouvimos o líder aqui dizer: "*Nós somos contra, porque há comunidades que são a favor, que querem*



discutir e outras comunidades que não querem, e nós temos que respeitar". Acho que é isso. É isso. Nós começamos, nós vamos chegar lá. Nós vamos encontrar, se Deus quiser, e com a inteligência de todos nós, principalmente dos líderes indígenas, o ponto de equilíbrio. Porque nós temos que ter consciência disto: ou de forma regulamentada ou inteligentemente equilibrada, ou de forma, como sempre foi feito no Brasil, dia menos dias essas riquezas serão exploradas.

A necessidade econômica do Estado — não é do Estado brasileiro, não; é de qualquer Estado do mundo — chega a um momento em que ela fala mais alto.

Então, Sr. Presidente, desta vez, sinto-me satisfeito com o rumo que a discussão está tomando. Não podemos pautar essa discussão apenas na 169, que, como eu já disse, é imperativa e no Estatuto dos Povos Indígenas. Na minha fala inicial, Deputado Fernando Ferro, que aqui não estava presente, eu disse que talvez estejamos discutindo parâmetros e detalhes que não vão estar nem numa lei comum, mas no Estatuto dos Povos Indígenas, e ninguém sabe como eles querem. Agora, nós precisamos discutir a questão. Isso é imperioso. O Estado brasileiro está discutindo, a classe empresarial do ramo da mineração no momento adequando vai discutir e os principais interessados não vão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Ton) - Obrigado, Deputado-Relator Edio Lopes.

Concedo a palavra, 3 minutos, ao Deputado Fernando Ferro.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FERRO - Boa tarde, Sr. Presidente.

Peço desculpas pelo atraso, mas estamos hoje tendo um debate muito importante nesta Casa, a votação da PEC do Trabalho Escravo. É algo que tem mobilizado a bancada, temos a responsabilidade e o compromisso de dar uma resposta sobre uma matéria importante como essa, uma chaga que está cravada na história do País, pois estamos discutindo o trabalho escravo em pleno século XXI. Em 2001, aprovamos essa PEC em primeiro turno e não conseguimos votar o segundo turno. É algo completamente surreal. Pensamos estar em outro planeta.

Por outro lado, esta audiência mostra claramente como o debate da questão não é tão simples. Ninguém tem segurança no debate. O próprio Governo que ainda não encaminhou para esta Casa o Código de Mineração, e nele inclusive estão



inscritas várias preocupações com as populações originárias, com garimpeiros de boa e de má fé que atuam em terras indígenas e com a problemática ambiental.

Então, temos que fazer esse debate, não podemos fugir dele. O Deputado Asdrubal Bentes citou aqui o problema ideológico. É impossível fugir disso. Faz parte do debate político a ideologia. Não há como não reconhecer os direitos das populações indígenas se colocarem como atores nesta Nação.

O Estado brasileiro está regido por leis. Recentemente, a Suprema Corte devolveu para os pataxós da Bahia, depois de uma luta com latifundiários, com fazendeiros e até com pequenos proprietários, o direito àquelas terras que ocupadas ilegalmente — é evidente que erros foram cometidos no passado —, para mostrar que não é simples esse debate.

Por isso, acho importante a contribuição de todos que vêm aqui trazer a sua orientação e até as suas dúvidas. Temos que ter a humildade de reconhecer a desconfiança dos povos indígenas em votar a exploração de recursos minerais em suas terras. Historicamente, o Estado brasileiro nem sempre fez com respeito às culturas, com respeito à memória desses povos o uso dessas terras. Então, é natural que se tenha desconfiança sobre isso, e nós devemos respeitar essa desconfiança, inclusive para ganhar confiança no debate e não por imposição ou por desqualificação dos argumentos com os quais não concordamos.

O caminho da Comissão é continuar a ouvir, sim, e manter essa preocupação. Até porque nós podemos chegar à conclusão de que há minério numa área, mas não é conveniente explorá-lo. Não é porque existe o minério que ele tem de ser explorado, não. Temos que estabelecer procedimentos e análises para verificar se devemos ou não explorar. Não é porque existe minério, repito, que tem de ser explorado. Na Antártida tem muito petróleo e outros minérios, mas eles não podem ser explorados. Por quê? Porque tem implicações ambientais, há uma série de tratados internacionais que dispõem sobre isso. Se fosse seguida essa lógica de explorar, estaríamos lá explorando ou brigando para explorar.

Então, este é um debate que precisa ser feito com muita calma. O papel desta Comissão é exatamente esse. E temos que arrancar também do Governo esse *modus* de atuar e de oferecer informações importantes para a sociedade brasileira



como um todo, no que diz respeito a direitos adquiridos e à história, à memória de populações que temos de incorporar nessa discussão.

E o papel desta Comissão será, sem sombra de dúvida, produzir uma legislação que não represente apenas a visão de um segmento. O espírito que está reinando aqui está contribuindo para isso. Não vamos precipitar nenhuma decisão que seja resultado da vontade de alguém que se acha com autoridade para tratar desse assunto.

Portanto, Sr. Presidente, desculpando-me pela não participação desde o começo por esse evento, quero dizer que sentir nas intervenções que aqui foram feitas as justas preocupações com o andamento dos trabalhos desta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Ton) - Obrigado, Deputado Fernando Ferro.

Há algum Deputado que queira fazer alguma manifestação? (*Pausa.*)

Há alguém do plenário?

Concedo a palavra a Sra. Rosane, por três minutos.

A SRA. ROSANE - Boa tarde a todos. Cumprimento o pessoal da Mesa.

Eu quero fazer um complemento ao que disse o Cleber e a Chiquinha, Sr. Relator. Quando a gente diz que votem no conjunto do Estatuto é porque nossas posições sobre mineração já estão lá. Quando a gente pede isso é porque elas já estão lá. A posição que os senhores querem ouvir está lá.

Então, Sr. Relator, quando V.Exa. e o Deputado Asdrubal Bentes fazem esse discurso, o que nós queremos ouvir é o que vocês têm para dizer. A impressão que nós dá é a de que é para nós dizermos “sim” ou “não”. Não é para haver um debate e nos escutar. Se for para nós dizermos “sim”, então nem precisa fazer audiência pública, nem precisa ir para as nossas regiões ou para outros países.

A impressão que nos deu a outra audiência pública que houve era para nós dizermos “sim”. E se um povo indígena disser “não” à mineração, ele vai ser respeitado? Quem nos garante? O senhor não vai nos garantir isso? Com certeza, nem ninguém aqui vai.

Então, acho que a gente está sendo pressionada para dizer “sim” e não para um debate, como nós queremos. Um debate da forma como está se falando sobre a questão da 169, da forma que a Deputada Janete falou, da forma que nós possamos



ouvir as comunidades lá na ponta, como os Líderes falaram. Estamos com a impressão de que é para dizer “sim”. Se for para dizer “sim”, não precisa haver audiência pública. O Deputado Asdrubal Bentes disse: “Eu quero que você diga o que quer da mineração”. Então, é para dizer “sim”.

E, quando a gente fala na 169, ela foi aprovada nesta Casa. Isso significa que a gente está falando que os três Poderes — Legislativo, Judiciário e Executivo — têm que incorporar a questão dos procedimentos de consulta sobre a 169 com relação aos povos indígenas.

Está bem claro para nós, pela OIT, pelos organismos internacionais em que não precisamos dizer “sim” à 169. Nós também podemos dizer “não”. Se alguns povos disserem “não”, vão ser respeitados? Quem assegura para nós isso?

Exemplo disso é o que estamos vendo com relação à Belo Monte, os impactos que está trazendo não só para a população indígena, como para a população não indígena. E a obra está parada, inclusive com greve. O que a exploração tem demonstrado para nós, povos indígenas, é que até que se restabeleça a confiança e que nós tenhamos um instrumento, como o Estatuto dos Povos Indígenas, que vai regulamentar o relacionamento dos povos indígenas com o Estado brasileiro, nós também não podemos confiar em ninguém. Nós não podemos confiar num Poder Legislativo que é contra nós, que tem proposições contra nós. Nós não confiamos.

Então, nós precisamos de mais discussões e prova de que também possamos confiar nos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Ton) - Concedo a palavra, por 3 minutos, para o Sr. Cleber Luiz dos Santos Caripuna, que neste tempo também fará as suas considerações finais.

O SR. KLEBER LUIZ DOS SANTOS KARIPUNA - Acho que o nosso posicionamento foi colocado bem claro. Reforço a colocação da Deputada Janete ao Presidente da Comissão, no sentido de que tenhamos mais debates em relação a isso, até a pedido do próprio Relator; que isso também fique mais claro para todas as partes envolvidas, não só os povos indígenas, mas o Congresso, o Governo, mineradores, para que a gente consiga de fato ter a garantia, se houver uma



exploração mineral em terra indígena, dos direitos indígenas e de quem for explorar. Acho que esse é o papel, o objetivo e o trabalho desta Comissão.

E, fazendo minhas considerações finais, quero agradecer o convite para esta audiência à Comissão e às organizações indígenas APIB e a COIAB.

Quero também dizer que estamos abertos ao diálogo e à disposição para outros debates nesta Casa, em cada região, nas terras indígenas, para que seja garantida a consulta ampla às comunidades e para que a gente possa, de fato, aprofundar e enriquecer a discussão. Acho que esse é o objetivo de todos nós, deixar as coisas bem claras para todos os lados. E quem tiver que dizer “sim”, diga “sim” com segurança tranquila, e o mesmo se tiver que dizer “não”. E aqui reforço as palavras da Rosane: que digam “não” e que seja respeitado esse “não”.

. Eram estas considerações

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Ton) - Obrigado, Kleber.

Concedo a palavra, por 3 minutos, a Francisca Novantino, para suas considerações finais.

A SRA. FRANCISCA NOVANTINO - Eu também, na qualidade de representante indígena, faço as minhas considerações.

Concordo com o que o Deputado Fernando Ferro falou e concordo também com a Deputada Janete Capiberibe, no sentido de que estamos abertos ao diálogo, à discussão e ao entendimento do que é essa matéria. Queremos ter esse entendimento com clareza, mais bem especificado técnica e politicamente, até para que, como o Cleber colocou, quem vai dizer “sim” tenha a certeza, a confiança, a credibilidade na sociedade e nos Poderes e quem vai dizer “não” tenha respeitada a sua posição.

Essa é a nossa forma de compreender não só o momento que estamos vivendo, mas principalmente compreender toda essa discussão. Acho que a discussão tem que ir para as bases, para as comunidades indígenas. Temos que conhecer as comunidades que têm experiências positivas e negativas, para não cometermos os erros do passado e termos o benefício pleno da cidadania brasileira.

Quero agradecer a todos a oportunidade. Que vocês sejam abençoados no período em que esse projeto vai tramitar nesta Casa. Que pensem no nosso futuro,



no futuro da natureza e, principalmente, do povo brasileiro. Porque o prejuízo não é só para nós, indígenas, mas também para o povo brasileiro e para nossa natureza.

Meu muito obrigado a vocês. Que Deus abençoe a todos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Ton) - Obrigado, Francisca.

Com a palavra o Deputado Edio Lopes para suas considerações finais.

O SR. DEPUTADO EDIO LOPES - Sr. Presidente, a audiência que começou um tanto árida, de repente ganhou um rumo que agradou a todos, e eu queria aproveitar a paciência para me alongar um pouco.

Que bom ouvir um líder indígena mato-grossense dizer que esta Comissão tem de estar atenta aos interesses, aos direitos dos povos indígenas, mas também do Estado e do povo brasileiro. Que bom ouvir isso!

Eu quero, líder Kleber, que você leve a sua gente a certeza de que este Relator e toda esta Comissão sabem da responsabilidade que está sob os ombros de cada um de nós e que a preocupação de cada um desta Comissão é buscar o máximo, o melhor possível para os povos indígenas.

Esta é a nossa missão. É encontrar o ponto de equilíbrio, de modo que as comunidades indígenas tenham a mais absoluta segurança quanto aos seus direitos estabelecidos, os mais amplos possíveis.

Nós sabemos que o capital ele é selvagem, que desrespeita direitos, que não respeita territórios, que não respeita pessoas. E o que estamos buscando é colocar um divisor entre o que aconteceu neste País em 500 anos e o que vai acontecer daqui para frente.

E quem melhor para discutir a questão que nossas lideranças indígenas? Senão, o Relator poderia apresentar o esqueleto de um projeto substitutivo, que sairia da minha cabeça, e votá-lo aqui. Este Relator não vai fazer isso. Este Relator quer, à medida que a Comissão for discutindo, ir criando um juízo de valor sobre as situações, para, então, apresentar, aí sim, um relatório fruto dessa discussão.

Agora, é preciso discutir. Essa é a questão, líder Kleber. Agradou-me muito sua fala quando disse que discutiu, está discutindo e quer continuar discutindo. E essa questão tem que ser discutida à exaustão. Essa questão reúne interesses os mais diversos, os mais legítimos e os mais espúrios que você possa imaginar. E quem está lhe falando é um Deputado da Amazônia que nunca colocou o pé num



garimpo, que não é fazendeiro, que não é minerador: é motorista de uma Prefeitura do interior.

Então, eu falo com absoluta isenção. Não sou minerador, não sou fazendeiro. Muito pelo contrário, sou bisneto de um índio tupinambá da Bahia. Eu sempre digo nas minhas reuniões: o meu bisavô chamava-se Eucalixto Vieira Tupinambá, dos tupinambás do litoral da Bahia.

Este é o espírito da Comissão. Estou citando o meu exemplo, mas o espírito desta Comissão é este.

Então, líderes Francisca e Kleber, levem à sua gente a certeza de que até poderemos apresentar um relatório que não seja perfeito, mas não voluntariamente. Nossa vontade é extrairmos o máximo de subsídios para apresentar aquilo que seja o mais perto possível do justo, do correto, do direito — sempre ao lado do povo indígena, nunca do lado do capital.

Agora, não podemos ser aqui ingênuos. A extração mineral em terra indígena vai ocorrer mais cedo ou mais tarde. Não podemos menosprezar essa certeza, porque hoje ela já existe.

No seu Estado mesmo, Deputado Padre Ton, ela existe. E no meu, em Roraima, existe mineração, em larga escala, nas terras dos ianomâmis, um povo ainda não consciente dos valores que a nossa sociedade tem. E está ocorrendo da forma mais perversa possível, de forma criminosa para os povos indígenas, para o meio ambiente e para o Estado brasileiro.

Estudo da ABIN mostra que, todos os dias, de 1º de janeiro a 31 de dezembro, sai algo ao redor de 70 mil dólares em diamantes da Reserva de Roosevelt lá no seu Estado, Deputado Ton.

O povo indígena cinta-larga não vê essa riqueza, como o Estado também não vê. Quem vê isso? O traficante, o contrabandista, sei lá quem. Assim é dentro das terras do povo ianomâmi. Assim é na região da Cabeça do Cachorro, no Alto Rio Negro. Lá, há exploração de ouro em larga escala.

Os órgãos de contenção do Governo brasileiro é que não têm a devida coragem de ir lá e fazer cessar essa prática, e isso porque quem está explorando são os próprios povos indígenas, financiados pelos compradores de ouro. E esse ouro — volto a fazer a denúncia — não desce mais para Manaus; esse ouro sobe



todo para a Colômbia. Os traficantes de armas e de drogas pegam todo o ouro hoje produzido nas terras dos tucanos e dos ianomâmis, no norte do Brasil, e levam para trocar do outro lado da fronteira com as FARC. Essa é a grande verdade que o Governo brasileiro quer esconder. Isso interessa aos tucanos? De jeito algum. Isso não interessa a ninguém.

E por que isso está acontecendo? Porque não temos um instrumento de regulação. No dia em que tivermos, com certeza, praticamente, cessará essa atividade clandestina, nociva e criminosa no Brasil.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Ton) - Obrigado, Deputado Relator Edio Lopes.

Obrigado ao Sr. Kleber Caripuna e à Sra. Francisca Novantino.

Como Presidente da Comissão, também tenho um pouco da preocupação aqui ventilada. Até gostaria de pedir a vocês, lideranças indígenas, a participação e a contribuição dos povos indígenas no trabalho desta Comissão Especial.

Na última quinta-feira, nós tivemos uma audiência pública, na Comissão de Direitos Humanos, sobre o desrespeito aos direitos humanos na mineração. Na ocasião, eu fui enfático ao expor a minha insatisfação pela falta de proposta concreta do Governo.

Nós sabemos da intenção do Governo, como até ventilou o Deputado Fernando Ferro, de enviar o Código de Mineração para esta Casa. Mas o estão preparando tanto sem a nossa participação, do Parlamento, quanto do povo em si. Aliás, nós já enviamos requerimentos para órgãos governamentais, como o Ministério da Justiça. E eles são estiveram presentes. Como Presidente da Comissão, eu não estou aqui para atrapalhar o processo. Eu tenho as minhas responsabilidades, que me foram dadas pelo Presidente da Casa. Peço, portanto, a contribuição de vocês, porque muitas vezes me preocupa caminhar para um discurso maniqueísta.

O PL 1.610 é um fato. Por quê? Porque é um PL que já foi aprovado no Senado Federal. Ele não vai para Arquivo, como ressaltou o Deputado Edio Lopes. Mais cedo ou mais tarde, ele vai ser aprovado. E ele deve contar com a participação concreta dos povos indígenas e dos órgãos governamentais responsáveis, como a



própria FUNAI. Este Presidente já esteve no Ministério da Justiça pedindo o apoio da FUNAI e daquele Ministério na preparação das nossas comunidades indígenas e até nas audiências que vão acontecer agora — nós vamos ter uma audiência pública, quinta-feira, em São Gabriel da Cachoeira.

Eu estive, sábado, à tarde, em Guajará-Mirim, reunido com lideranças indígenas na fronteira com a Bolívia. Percebemos que o universo deles é diferente do nosso. Eles precisam ser ajudados para compreender o debate e poder contribuir com o projeto.

Como falou o Deputado Edio Lopes, nós somos procurados também por mineradoras que têm os seus interesses e querem contribuir. Nós, como Deputados, temos de fomentar o debate; não podemos sufocar o debate.

Nesse sentido, peço a contribuição da COIAB, da APIB, porque a FUNAI até nos prometeu um apoio de se antecipar na ida a essas audiências para ajudar no debate, porque temos que trazer argumentos. É importante aprofundarmos a questão da consulta. Fomos procurados pelo grupo de trabalho do Governo. Esse grupo está convidando a Comissão. A consulta é algo imperativo, que vai ter de ser cumprida. Quem não cumpriu a consulta não foi o Parlamento; foi o Governo, que não a cumpriu desde 2003. O Governo Federal é que deve cumprir a consulta. O papel do Legislativo é fazer leis e fiscalizar as ações do Executivo.

Outro ponto diz respeito à questão que o Deputado Edio Lopes abordou: da partilha da riqueza. Que participação os povos indígenas vão ter?

Em Guajará-Mirim, quando terminou a discussão, eu perguntei à comunidade: vocês são contra ou a favor? Ninguém tinha condições, o entendimento de dizer. No entanto, ao final, eles me chamaram e fizeram uma denúncia: *“Padre Ton, na nossa aldeia, os bolivianos de Guayara, estão tirando cascalho para a construção do aeroporto de Guayara”*. Cascalho é minério. Quando se discute minério, vamos discutir também areia, argila e outras riquezas mais.

Outro ponto que também precisa ser provocado. A Constituição diz que é o Parlamento quem vai decidir, mas nós precisamos da contribuição de vocês para saber quais são os passos que o Parlamentar vai dar e processo de decisão. Como o Parlamento vai fazer para que a decisão seja, cada vez mais, democrática?



Nós teremos audiências agora no mês de maio. Quinta-feira, em São Gabriel da Cachoeira, comparecerão muitos indígenas. No entanto, acho que ficou prejudicada, porque eles não receberam recurso para se locomover, pois o local é muito distante.

Também, no final do mês, vamos ter a oportunidade de visitar Espigão do Oeste, em Rondônia. Eu sei que é longe, são uns 200 quilômetros da cidade de Espigão do Oeste, mas estamos nos organizando para ver *in loco* onde aconteceu a extração ilegal de diamantes e onde acontece. Ali, por falta de uma legislação, se corrompem indígenas, mas também se corrompem policiais federais, a Força Nacional que está ali vigiando essa demanda.

Portanto, como Presidente, coloco-me à disposição. Seria interessante que também representantes da COIAB e da própria APIB nos procurassem. Não precisa ser nos momentos da audiência pública, mas procurem o Presidente, o Relator, porque estamos abertos a receber as contribuições de vocês.

Antes de encerrar os trabalhos, vou fazer um comunicado: dia 10, quinta-feira, teremos seminário na cidade de São Gabriel da Cachoeira. É meio complicado, é difícil a coordenação até dos próprios Parlamentares, porque há Parlamentares que se inscrevem e desistem.

Caso algum Parlamentar queira se juntar a nós nessa missão, procure o Sr. Zé Maria, um dos encarregados de acompanhar os trabalhos da nossa Comissão.

Foi também confirmado um avião Brasília, da FAB. Vamos sair às 7 horas da manhã da quinta-feira, de Manaus para São Gabriel da Cachoeira. Existe a probabilidade de cancelarmos a missão na cidade de Presidente Figueiredo, pelas dificuldades de chegarmos até à mineradora.

Também temos dificuldade de dialogar com os índios. Tínhamos o interesse de ouvir os waimiri-atroari, e seria muito bom se vocês, as lideranças, pudessem nos ajudar.

Portanto, estamos cancelando a reunião de sexta-feira, para poder fazê-la em outro momento. Tanto o local da mineração fica muito distante de Presidente Figueiredo, como estamos tendo dificuldade de travar um diálogo, e seria importante não somente visitar a mineradora, mas também ouvir a comunidade indígena.



Para os dias 24 e 25 de maio, está estabelecido o seguinte: no dia 24, queremos visitar a reserva dos cintas-largas e também o local de extração de diamantes no passado e, na sexta-feira, fazemos o debate.

No sábado, um grupo de Deputados — houve uma Deputada que desistiu, isso é ruim — vai se deslocar para o Canadá.

No Brasil, há índios que querem mineração e índios que não querem. Na semana passada, recebemos um grupo de índios, empresários do Canadá e dos Estados Unidos, que estão minerando na Colômbia e que aqui vieram acompanhados de índios brasileiros, principalmente da região amazônica.

Antes de encerrar os trabalhos, convoco as Sras. e os Srs. Deputados para a próxima reunião a realizar-se no dia 22 de maio de 2012, terça-feira, às 14h30min — o plenário que será informado oportunamente — com pauta que ainda definida.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.